

A Resposta Da Segurança Pública Do Amazonas Frente Ao Roubo De Veículos – Diagnóstico E Propostas

André Souza De Jesus¹; Fernando Rodrigues Neves²;
Italo André Faustino Dos Santos³; João César De Oliveira Moraes⁴;
Leandro Albuquerque Dos Santos⁵; Ruy Da Paixão Vasconcelos⁶;
Dr^a. Andrea Lanza Cordeiro⁷

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)¹

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)²

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)³

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)⁴

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)⁵

(Aluno Do Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)⁶

(Professora Adjunta Da Escola Superior De Ciências Sociais /Universidade Do Estado Do Amazonas, Brasil)⁷

Resumo:

Esse Artigo embasa-se na pesquisa sobre análise da Integração da equipe de alunos para conclusão da disciplina e diante disso chegar a uma Resposta da Segurança Pública do Amazonas Frente ao Roubo de Veículos em Manaus de janeiro de 2020 a junho de 2024. Tendo como objetivo caracterizar em descrever os aspectos de integração operacional para melhoria das ações de enfrentamento aos roubos de veículos em Manaus. Os procedimentos metodológicos foram utilizados na pesquisa com base em pesquisa bibliográfica e documental. A presente pesquisa será fundamentada em dados estatísticos e informações coletadas de 2 de fevereiro de 2020 a 31 de julho de 2024, quando os dados de operações de combate a infrações e roubos de veículos tiveram um aumento significativo. Analisando os crimes que envolvem diretamente a utilização das vias de trânsito.

Palavras-chave: Integração Operacional. Batalhão de Policiamento de Trânsito. Departamento Estadual de Trânsito

Date of Submission: 04-08-2025

Date of Acceptance: 14-08-2025

I. Introdução

O presente artigo foi uma análise de grande relevância tanto para a polícia militar do Amazonas quanto para outras instituições que atuam na segurança pública. Trata-se de um assunto atual e investigativo de uma metodologia importante utilizada pelas principais polícias do mundo.

A relação dos fenômenos exibidos no estudo será explicada de acordo com o a época em que os dados foram recolhidos. Atualmente, a colaboração estabelecida entre as secretarias de segurança tem que ser mais fiscalizada, exigida e mais acompanhada pela sociedade, uma vez que a conexão entre os órgãos de fiscalização de roubo de veículos se concentra exclusivamente neles.

O trânsito deixou de ser uma máquina de multas e, atualmente, se tornou um meio de conexão entre a sociedade e a polícia no enfrentamento dos principais crimes de trânsito.

Há algum tempo, as grandes operações policiais em Manaus têm início e fim no trânsito, com o objetivo de combater o elevado número de roubo de veículos na cidade.

Nos últimos anos, o conceito de trânsito e a abordagem policial em operações de trânsito foram revisados em relação aos modelos previamente estabelecidos. A relevância de operações voltadas para a prevenção de roubo de carros, bem como para a repressão de outros delitos previstos na federal, denominado Código de Trânsito Brasileiro. Atualmente, é possível observar uma nova forma de organização ou funcionamento em uma barreira dos órgãos de fiscalização de trânsito, onde se pode encontrar a Polícia Militar e o Detran operando de forma integrada.

Portanto, ao conduzir este projeto, o objetivo foi descrever e identificar os elementos Interorganizacionais entre BPTRAN e DETRAN, elucidando a função e o papel desempenhado por cada instituição nessa atividade. Para a PMAM, isso será considerado um aprimoramento da relação integrada e uma orientação para novos modelos de integração.

É extremamente relevante tanto para a polícia militar do Amazonas, assim como para outras entidades que trabalham na segurança pública. Trata-se de um assunto atual e investigativo de uma metodologia importante utilizada pelas principais polícias do mundo. A relação dos fenômenos exibidos no estudo será explicada de acordo com o intervalo em que as informações foram obtidas. A simples colocação de uma barreira policial em uma avenida de grande ou médio fluxo durante o horário de menor movimento de veículos pode alterar significativamente a operação de trânsito.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi empregada pesquisa bibliográfica, composta, principalmente de livros e artigos científicos, análise da legislação correlata ao tema e arrolamento de posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários. Utilizou-se o método dedutivo baseando-se no estudo de teoria e aprimoramentos de conceitos.

Há algum tempo, as grandes operações policiais em Manaus iniciam e encerram com ações de trânsito, na tentativa de reduzir os elevados índices de roubo de veículos na cidade.

Os modelos de policiamento integrado desenvolvidos no Brasil e em alguns países da América Latina servem como base para a pesquisa.

Por outro lado, os diversos segmentos organizacionais tendem a agir de acordo com lógicas diferentes e, frequentemente, conflitantes, o que contraria a divisão de trabalho harmoniosa inicialmente proposta.

II. Revisão Da Literatura

Policiamento Ostensivo De Trânsito

O Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran) da POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS (PMAM) é a unidade especializada no policiamento ostensivo de trânsito, visando garantir segurança, fluidez e fiscalização viária na capital e grandes avenidas estaduais da Região Metropolitana de Manaus. (MPOT, 2025)

A Polícia Militar implementa uma de suas especialidades no trânsito, o Policiamento Esplêndido

Segundo Rizzardo (2013, p. 15) “O Código de Trânsito Brasileiro, por outro lado, estabelece que a Polícia Militar desempenhe funções de fiscalização de trânsito por meio de convênios”.

No entanto, a Polícia Militar atua nessa área há bastante tempo, desde o Decreto-Lei Federal 667/69, por meio de suas unidades especializadas em Policiamento Ostensivo de Trânsito. (BRASIL, 2025)

Com base na compreensão de Abreu (2001, p. 56), “a identificação de Estado e ordem jurídica é óbvia a partir do fato de que mesmo os sociólogos caracterizam o Estado como uma sociedade politicamente organizada.” Como a sociedade, enquanto unidade, é composta por organização, é mais apropriado caracterizar o Estado como uma organização política.

Em suma, o Estado é uma organização política, pois é uma estrutura que controla a aplicação da força, uma vez que monopoliza sua aplicação. Esse é um dos traços fundamentais do Direito. O Estado é uma sociedade politicamente estruturada, pois é uma comunidade formada por uma ordem coercitiva, por meio de uma ordem coercitiva. (KELSEN, 1998).

É fundamental ressaltar que, no Brasil, quando o assunto é trânsito, não é possível analisá-lo sem considerar as polícias militares, que estão diretamente envolvidas no atendimento e no controle do que diz respeito principalmente ao trânsito urbano.

Diante disso é importante destacar que essa afirmação é verdadeira mesmo antes da implementação do novo do recente Código de Trânsito Brasileiro, as Polícias Militares executavam praticamente todas as funções de policiamento e fiscalização de trânsito sem qualquer previsão contida no antigo Código Brasileiro de Trânsito e seu regulamento, que já foi anulado, que já foi revogado. (BRASIL, 2025)

Não seria apropriado fazer referência ao POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO sem mencionar novamente ao novo Código de Trânsito Brasileiro, estabelecido pela Lei Federal n 9.503/97, que no anexo “I” apresenta a seguinte definição: DOS TERMOS E SIGNIFICADOS: Para os propósitos deste Código, as seguintes definições são adotadas: POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO - atividade realizada pelas Polícias Militares com a finalidade de prevenir e combater ações ligadas à segurança pública, além de garantir o cumprimento das normas de segurança no trânsito, assegurando a livre circulação e prevenindo acidentes. (BRASIL, 2025)

Dentro de uma legislação extensa composta por trezentos e quarenta e um artigos, distribuídos em vinte capítulos, é inegável o apelo à consciência da responsabilidade dos usuários, aliado à educação para a segurança no trânsito, ao passo que impõe sanções rigorosas aos infratores, visando à harmonização do trânsito.

A Polícia Militar e o Trânsito no Amazonas-Brasil

É importante destacar que diariamente, carros roubados no Brasil atravessam as fronteiras usando documentos falsos e são autorizados em países vizinhos, suprindo mercados formais de revenda.

Mesmo no país, veículos roubados podem ter seus sinais identificadores alterados, processo conhecido como clonagem, para que possam ser vendidos e reintegrados ao mercado com registros de outros veículos semelhantes. (SAPORI, 2025, p. 86)

Além disso, veículos furtados podem agravar as atividades de outras organizações criminosas, sendo usados em roubos a bancos, tráfico de drogas, contrabando de armas e várias fraudes (COHEN, 2007, p. 15)

Baseado na colocação de Espírito Santo (2025, p. 47) enfatiza que: É importante considerar a necessidade de um policiamento qualificado, treinado e direcionado para monitorar e disciplinar de forma eficaz, visando prevenir e identificar infrações, garantindo assim a aplicação da lei rigorosamente. Espera-se também que os usuários do trânsito, sejam eles pedestres, ciclistas ou motoristas, cumpram suas obrigações. Dessa forma, poderá exigir que a polícia também cumpra sua função constitucional de manutenção da ordem por meio de suas várias formas, com o objetivo de prevenir, combater e reduzir a criminalidade.

Nos últimos anos, a crescente incidência de furtos e roubos de veículos tem representado um desafio considerável para a segurança pública. Nos últimos anos, a crescente incidência de furtos e roubos de veículos tem representado um desafio considerável para a segurança pública. Por essa razão, muitos estudos têm se dedicado a compreender não só o fenômeno criminal em si, mas também suas intrincadas relações e ligações com mercados legais e ilegais.

Com base na afirmação de Espírito Santo (2025, p. 52) “No entanto, existem poucas pesquisas que examinem mais detalhadamente as respostas do governo a esse tipo de crime no Brasil.”

Outro aspecto a ser considerado é o normativo e regulatório: novas leis estão sendo criadas e implementadas tanto no âmbito federal quanto estadual para regulamentar o comércio de autopeças usadas, reduzindo, dessa forma, a atratividade dos circuitos econômicos ilegais relacionados.

Segundo Saporì (2025, p. 53) “Além disso, as autoridades policiais em todo o país estão investindo em tecnologias, aprimorando metodologias de investigação e especializando unidades policiais dedicadas à repressão de crimes relacionados à clonagem e desmanche de veículos”.

Quando discutimos o Sistema Nacional de Trânsito, várias organizações e entidades realizam suas atividades na gestão, organização, supervisão e controle do tráfego. A Polícia Militar também integra esse sistema, atuando há bastante tempo, desde o Decreto-Lei Federal 667/69, por meio de unidades especializadas em Policiamento Ostensivo de Trânsito. (MELLO, 2001, p. 15)

O Código de Trânsito Brasileiro é, sem dúvida, mencionado e observado no que diz respeito ao Policiamento Ostensivo de Trânsito.

A Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), por meio de suas unidades especializadas, exerce um papel fundamental na organização, fiscalização e segurança do trânsito em todo o território estadual.

Em um estado com dimensões continentais e desafios únicos de mobilidade, sobretudo na capital Manaus e em suas vias de acesso, a atuação da PMAM no trânsito vai além da simples aplicação da lei, representando um importante instrumento de prevenção de acidentes, promoção da cidadania e preservação da vida. (JANUARIO, 2012, p. 51)

A atuação da Polícia Militar no trânsito é regulamentada pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que atribui à instituição competências como o policiamento ostensivo de trânsito, a fiscalização do cumprimento das normas de circulação e conduta, a lavratura de autos de infração, além do apoio a órgãos civis nas ações de engenharia de tráfego e educação para o trânsito. (BRASIL, 2025)

No Amazonas, essas ações são desenvolvidas principalmente pelo Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran), que realiza diariamente abordagens, blitz educativas, operações integradas e monitoramento de áreas de maior fluxo de veículos.

Baseado na colocação de Mello (2001, p. 18) destaca que “o policiamento é a prática contínua do poder de polícia, que é atribuição da Administração Pública, existindo uma linha sutil entre policiamento e fiscalização.

A fiscalização de trânsito é apenas uma das formas de atuação do agente público ao exercer o poder de polícia não se trata como poderia ser interpretado, de outro poder de polícia.

Diante da crescente frota de veículos, especialmente em Manaus, onde se concentram os maiores índices de acidentes, o trabalho da PMAM se torna ainda mais essencial. (PINHEIRO, 2020)

A presença ostensiva da polícia nas ruas tem efeito dissuasório sobre infrações e comportamentos de risco, como a direção sob efeito de álcool, a alta velocidade e o uso indevido de motocicletas estas últimas, protagonistas em grande parte dos acidentes registrados.

A supervisão policial ela será responsável tanto pela verificação do cumprimento das ordens de polícia, bem como supervisão para assegurar que não ocorram abusos no uso de bens e nas atividades privadas que receberam autorização policial. (PORTÃO, 2014, p. 47)

Sua utilidade é dupla: em primeiro lugar, previne infrações ao garantir que os administrados cumpram as ordens e permissões policiais; em segundo lugar, facilita a repressão de infrações ao formalizar a constatação de atos ilícitos. (Lazzari, 2004, p. 63)

Além da repressão, a PMAM também tem investido em ações educativas, conscientizando motoristas, pedestres e ciclistas sobre a importância do respeito às normas de trânsito.

Campanhas como o “Maio Amarelo” e parcerias com escolas e instituições são exemplos do

compromisso da corporação com uma cultura de trânsito mais segura e responsável.

Em suma, a Polícia Militar do Amazonas exerce papel decisivo na garantia de um trânsito ao mesmo tempo humano, protegido e eficaz. A atuação conjunta da corporação com outros órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, aliada ao seu compromisso com a segurança pública, a torna fundamental para promover uma mobilidade urbana mais organizada e valorizar a vida no trânsito do Amazonas.

A fiscalização policial é um meio comum e inevitável de atuação administrativa, por meio do qual se verifica a conformidade com a ordem policial ou a consistência de uma atividade previamente aprovada por licença ou autorização. (JANUARIO, 2012, p. 63)

O controle pode ser realizado tanto de ofício quanto de forma provocada é evidente que o policiamento é específico da atuação da polícia para manter a ordem pública.

Veículos Automotores E Sua Ligação Com Redes De Ilegalidade E Informalidade

Existem várias formas de obter ganhos financeiros ilícitos por meio de furtos ou roubos de veículos. Em situações de clonagem, por exemplo, automóveis têm seus elementos identificadores (como números de chassi, placas, pinturas etc.) alterados para serem vendidos de forma ilegal e continuarem em circulação sem serem detectados pela polícia. Esse esquema pode até envolver seguradoras de automóveis e empresas de leilões. (ESPIRITO SANTO, 2025, p. 36)

Isso ocorre porque, de acordo com a legislação brasileira, veículos que não podem ser reparados só podem ser vendidos como sucata, o que geralmente acontece por meio de leilões públicos (BRASIL, 2025).

No estado do Amazonas, especialmente na capital Manaus e em áreas de fronteira e interior, os veículos automotores têm desempenhado um papel central tanto na dinâmica da economia formal quanto em redes de ilegalidade e informalidade.

A estrutura logística da região, marcada por distâncias extensas, ausência de malha ferroviária e limitações nos sistemas de transporte público, torna os veículos privados essenciais para locomoção.

Contudo, “essa realidade também favorece a utilização desses meios de transporte como instrumentos para atividades ilícitas”. (Couto, 2025, p. 8).

Diversas modalidades de crimes estão associadas ao uso de veículos automotores no Amazonas. Um dos mais recorrentes são o roubo e furto de veículos, cujas peças alimentam o comércio informal e clandestino de autopeças, muitas vezes operando em oficinas e desmanches irregulares.

Esses estabelecimentos, por vezes, funcionam à margem da fiscalização, contribuindo para o fortalecimento de economias paralelas e dificultando o rastreamento de veículos subtraídos. Baseado na colocação de Rizzardo (2013, p. 73) enfatiza que:

Ao relacionar o termo fiscalização com outros dispositivos do próprio CTB (art. 21, VIII, IX e XIII; art. 24, VI, VIII, IX e XX), evidencia-se que o legislador buscou restringir o uso do poder de polícia. Assim, conforme o artigo 2º, entende-se que a fiscalização de trânsito e as respectivas penalidades se aplicariam apenas às infrações relacionadas à circulação, estacionamento, parada, excesso de peso, dimensões, lotação, emissão de poluentes e ruídos, considerando a fiscalização nas vias públicas. Ao comentar o artigo 13 do CTB, o tema policiamento e fiscalização de trânsito é mencionado no inciso IV – de Esforço Legal – do artigo 2º do Regimento Interno das Câmaras Temáticas, que foi aprovado pela Resolução n. 144, de 21 de agosto de 2003.

Além disso, veículos são amplamente utilizados no transporte de entorpecentes, armas e mercadorias contrabandeadas, especialmente em rotas que cortam áreas de floresta densa ou regiões ribeirinhas de difícil acesso.

A localização geográfica estratégica do Amazonas, com fronteiras com países como Colômbia, Peru e Venezuela, transforma o estado em uma rota de escoamento do tráfico internacional de drogas. (Pinheiro, 2020, p. 12).

Nesse contexto, veículos automotores – especialmente caminhonetes, motocicletas e embarcações com motor – tornam-se ferramentas logísticas cruciais para grupos criminosos.

Todas essas afirmações indicam que, particularmente nesse setor, um dos maiores desafios para a atuação do Estado é a fluidez e a falta de clareza dos limites que distinguem mercados e práticas informais e ilegais de seus equivalentes formais e legais.

No Brasil, muitas iniciativas de combate aos crimes veiculares têm adotado a abordagem de tentar formalizar, regulamentar ou controlar as ilegalidades nos mercados automotivos. (SAPORI, 2025, p. 16)

A circulação de veículos não licenciados, com documentação falsificada ou sem registro, é um reflexo da informalidade. Isso torna mais difícil para os órgãos de fiscalização de trânsito e segurança pública agir.

Muitas vezes, esses veículos estão envolvidos em atividades como o transporte ilegal de passageiros (moto táxis ou transportes alternativos), que, embora atendam à demanda da população em áreas carentes de transporte público, operam sem regulamentação adequada.

É fundamental monitorar o trânsito nas vias públicas citadas anteriormente, em conjunto com outros controles, como: a verificação da conservação do veículo e de seus equipamentos essenciais; a análise das

categorias positivas e físicas do motorista; a inspeção na parte interna do veículo; a busca pessoal nos ocupantes, se necessário; e a participação em acidentes ou delitos.. (ESPIRITO SANTO, 2025, p. 57)

Diante dessa realidade, torna-se urgente fortalecer a atuação integrada entre os órgãos de segurança pública, fiscalização de trânsito, Receita Estadual e municipalidades, com foco em inteligência policial, mapeamento de rotas do crime e combate à receptação. O incentivo à regularização, aliado a campanhas educativas e à repressão qualificada, é essencial para romper o ciclo de ilegalidade e promover maior segurança à sociedade amazonense.

Assim, entender a conexão entre veículos automotores e redes de ilegalidade no Amazonas é essencial para a criação de políticas públicas ativas que abordem tanto os sintomas quanto as causas estruturais da criminalidade e da informalidade na área.

III. Metodologia

Este trabalho acadêmico utilizou como metodologia uma abordagem de pesquisa bibliográfica, composta, principalmente de livros e artigos científicos, análise da legislação correlata ao tema e arrolamento de posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários.

Utiliza-se o método dedutivo baseando-se no estudo de teoria e refinações de conceitos. O método dedutivo é um tipo de raciocínio que começa com premissas gerais e chega a conclusões específicas. (LAKATOS, 2007)

Trata-se de um tipo de raciocínio lógico no qual, se as premissas são verdadeiras, a conclusão também deve ser necessariamente verdadeira. O método dedutivo é comumente empregado em campos como a matemática, a física e a filosofia, em que é fundamental aplicar princípios gerais a casos específicos.

Assim, o método dedutivo é uma ferramenta eficaz para a criação de conhecimento e solução de problemas, fundamentando-se na utilização de princípios gerais para alcançar conclusões específicas e válidas.

IV. Resultados

De acordo com o Representação da Segurança Pública 2025, publicado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, o estado do Amazonas registrou 2.438 ocorrências de roubo em 2024. de veículos, com queda de 29,79% em relação aos 1.205 casos ocorridos em 2023.

Outras fontes apontam uma redução de 28% no total anual, com o Amazonas ficando entre os estados brasileiros com maior redução proporcional do crime de roubo de veículos em 2024.

Comparativo e trajetória histórica desde a implantação do sistema de vídeo monitoramento “Paredão” em 2021, o estado tem visto quedas consecutivas nos índices de roubo.

No acumulado de nove anos, de 2015 a 2023, o Amazonas obteve uma redução de cerca de 61% nos roubos de veículos.

O número de 2.438 veículos roubados embora as estatísticas oficiais indiquem 846 registros de roubo em 2024, o número de 2.438 o valor total pode se referir a uma soma de outras modalidades (roubos + furtos) ou dados preliminares não detalhados em fontes oficiais.

Se o total considerado for de 2.438 veículos subtraídos, isso daria uma taxa muito superior à média regional e nacional, sugerindo que talvez inclua furtos ou casos não classificados formalmente como “roubo”.

Fatores que influenciaram a redução dos roubos

Implantação do Paredão, com cerca de 650 câmeras em Manaus, permitindo monitoramento em tempo real e rápida resposta policial.

Fortalecimento das forças de segurança por meio do programa Amazonas Mais Seguro, com investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão desde 2019 casa civil.am.gov.br

Conexão no meio da Polícia Militar, Polícia Civil e inteligência estadual, com operações sistemáticas, prisões e recuperação de veículos: em 2024 foram recuperados 246 veículos, média de 20 por mês, e 110 prisões realizadas.

Tabela 1: Roubo de veículo Manaus 2024

Natureza	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Roubo de veículo	206	149	190	130	177	202	209	239	247	260	214	215	2.438

Fonte: Sisp

O trabalho de investigação nas delegacias de polícia segue, de maneira geral, o seguinte processo: a vítima de um crime registra uma queixa, seja diretamente, relatando o ocorrido a um atendente da Polícia Civil, ou por meio da Polícia Militar, que realiza uma coleta inicial de informações e encaminha à Polícia Civil por meio de boletins de ocorrência.

Em seguida, o depoimento é encaminhado a um delegado de polícia, que, de maneira oficial, por meio

de uma ordem de serviço, instrui os investigadores a averiguarem os acontecimentos. Caso os investigadores confirmem a ocorrência de um crime durante essa apuração preliminar, o delegado abre o IP.

O roubo de veículos constitui um dos principais desafios enfrentados pela segurança pública no estado do Amazonas, especialmente na capital, Manaus, esse tipo de crime não apenas compromete o patrimônio das vítimas, mas também alimenta redes criminosas ligadas ao tráfico de drogas, ao comércio ilegal de peças automotivas e ao financiamento de outras atividades ilícitas.

Para compreender as dinâmicas que cercam o roubo de veículos no estado e direcionar a criação de políticas públicas mais eficientes, é essencial realizar um diagnóstico detalhado sobre o problema.

No ano de 2024, foram registrados 2.438 roubos de veículos em todo o Amazonas, conforme dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública. Esse número revela a persistência do problema, apesar de esforços institucionais para seu enfrentamento. As ocorrências se concentram majoritariamente em zonas urbanas densamente povoadas, com destaque para bairros periféricos que apresentam menor presença do policiamento ostensivo e condições precárias de iluminação e infraestrutura viária.

Outro aspecto relevante é o perfil das vítimas e a faixa etária dos articulistas, a maior parte das vítimas são trabalhadores que usam os veículos para transporte diário ou atividades comerciais.

Já os autores dos crimes, segundo boletins de ocorrência e investigações, em grande parte são jovens entre 17 e 25 anos, muitos dos quais já envolvidos com o crime organizado.

A análise dos dados também revela horários e dias da semana com maior incidência de ocorrências, concentrando-se no período noturno, especialmente entre as 18h e 22h, e nos fins de semana. Isso evidencia a necessidade de reforço no policiamento preventivo durante esses horários críticos.

Adicionalmente, há deficiência na fiscalização e no rastreamento de veículos roubados, o que dificulta a recuperação de parte significativa dos automóveis subtraídos.

Embora iniciativas como a ampliação de câmeras de vídeo monitoramento e o uso de tecnologias de rastreamento venham sendo implementadas, sua cobertura ainda é limitada.

O diagnóstico do roubo de veículos no Amazonas indica um desafio complexo que demanda uma resposta conjunta das forças de segurança, agências de inteligência, setor privado (incluindo seguradoras e montadoras) e sociedade civil. Entender esse cenário em profundidade é o primeiro passo para desenvolver estratégias eficazes de prevenção, repressão qualificada e recuperação de bens. Isso ajudará a reduzir a criminalidade e fortalecer a sensação de segurança da população.

Diante disso a redução do índice de roubo de veículos no Amazonas exige um conjunto de medidas integradas, preventivas e repressivas, que envolvam diversos setores do poder público e da sociedade.

Embora os números de 2024 indiquem avanços no combate a esse tipo de crime, com 2.438 registros no ano, o cenário ainda impõe grandes desafios. Assim, é necessário propor ações concretas, baseadas em dados, experiências bem-sucedidas e nas características específicas da criminalidade local.

Propostas

Uma das principais propostas é o reforço do policiamento ostensivo em áreas críticas, identificadas por meio da análise georreferenciada das ocorrências. O patrulhamento regular e visível, especialmente em horários e dias de maior incidência, pode funcionar como fator inibidor do crime. A atuação integrada entre Polícia Militar, Polícia Civil e agentes de trânsito também fortalece a capacidade de resposta rápida às ocorrências.

É igualmente importante fortalecer o trabalho da inteligência policial, com investigações focadas em desarticular quadrilhas especializadas no roubo e na receptação de veículos. Isso inclui a fiscalização rigorosa de oficinas mecânicas, ferros-velhos e estabelecimentos de venda de peças usadas, que muitas vezes operam de forma irregular e alimentam o mercado ilegal.

A parceria com empresas privadas também pode ser ampliada, especialmente com as seguradoras e as fabricantes de veículos, para o uso de dispositivos de rastreamento, alarmes e sistemas antifurto mais eficientes.

Incentivar o uso desses equipamentos por meio de isenções fiscais ou descontos em seguros pode aumentar significativamente a proteção dos veículos.

Além disso, é fundamental promover campanhas de conscientização junto à população, orientando sobre cuidados básicos para prevenir o roubo de veículos, como evitar estacionar em locais escuros e desprotegidos, conservar os vidros fechados e evitar deixar objetos de valor expostos.

Por fim, deve-se fomentar ações sociais voltadas à juventude, com foco na prevenção primária da criminalidade. Projetos de educação, capacitação profissional e inclusão social podem reduzir o aliciamento de jovens pelo crime organizado, atingindo as raízes do problema.

Portanto, a combinação de policiamento inteligente, tecnologia, fiscalização rigorosa, parcerias estratégicas e ações sociais constitui o caminho mais eficaz para reduzir de forma sustentável o roubo de veículos no Amazonas.

V. Considerações Finais

A segurança pública no Amazonas lida com desafios complexos em meio ao crescimento do roubo de veículos, evidenciando uma situação que afeta tanto a sensação de segurança quanto a mobilidade dos cidadãos.

A avaliação das medidas adotadas pelas autoridades de segurança revela a urgência de estratégias mais unificadas, investimentos em inteligência policial, utilização de tecnologias de monitoramento e uma melhor colaboração entre os poderes públicos e a sociedade.

A atuação da Polícia Militar, Polícia Civil e outras instituições deve ser guiada por diagnósticos precisos, políticas preventivas e repressivas eficientes, além do reconhecimento e formação contínua dos profissionais de segurança.

Referências Bibliográficas

- [1] ABREU, Waldyr De. Trânsito: Como Policiar, Ser Policiado E Recorrer Das Punições. 2. Ed. Rev. E Ampl. Rio De Janeiro: Renovar, 2001.
- [2] BRASIL, Lei Nº 5.970 De 11 De Dezembro De 1973. Exclui Da Aplicação Do Disposto Nos Artigos Sexto Inciso Primeiro 64 E 169 Do Código De Processo Penal, Os Casos De Acidente De Trânsito E, Dá Outras Providências. Diário Oficial Da República Do Brasil, Brasília, 13 Dez 1973.
- [3] BRASIL, Lei Nº 9503 De 23 De Setembro De 1997. Institui O Código De Trânsito Brasileiro. Diário Oficial Da República Do Brasil, Brasília, 24 Set 1997.
- [4] BRASIL, Parecer Nº GM-025/AGU/2001 De 10 De Agosto De 2001, Homologado Pelo Exmo Sr Presidente Da República. Diário Oficial Da República Do Brasil, Brasília, 13 Ago 2001.
- [5] BRASIL. Constituição Federal. 6.Ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, Agosto 2025, 216 P. Disponível Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso Em: 04/08/2025
- [6] BRASIL. Decreto-Lei Nº 667, De 02 De Julho De 1969. Reorganiza As Policiais Militares E Os Corpos De Bombeiros Militares. Diário Oficial Da República Do Brasil, Brasília, 02 Jul. 1969.
- [7] BRASIL. Decreto-Lei Nº 88.777 De 30 De Setembro De 1983. Aprova O Regulamento Para As Polícias Militares E O Corpos De Bombeiros Militares. Diário Oficial Da República Do Brasil, Brasília, 30 Set. 1983.
- [8] ESPIRITO SANTO, José Do. Trânsito E Cidadania. Brasília: Disponível Em: https://www.google.com/search?q=ESPIRITO+SANTO%2C+Jos%C3%A9+Do.+Tr%C3%A2nsito+E+Cidadania&rl_enbr970br988&Oq=ESPIRITO+SANTO%2C+Jos%C3%A9+Do.+Tr%C3%A2nsito+E+Cidadania.1817j0j9&Sourceid=Chrome&ie=UTF-8 Acesso Em: 02/08/2025.
- [9] GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo.5.Ed.São Paulo: Editora Saraiva, 2010.
- [10] JANUÁRIO, Jatniel Rodrigues. INTEGRAÇÃO ENTRE AS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL DO AMAZONAS: ANÁLISE DO AMBIENTE DE COOPERAÇÃO INTERORGANIZACIONAL NA PERSPECTIVA DOS PRINCIPAIS GESTORES DO POLICIAMENTO DE MANAUS, Oferecido Pela Academia De Polícia Militar De Minas Gerais (PMMG), 2012.
- [11] LAZZARI, Carlos F. Nova Coletânea De Legislação De Trânsito. 23ª Ed. Rev., Atual. E Ampl. Porto Alegre: Sagra E Luzzatto, 2004.
- [12] KELSEN, Hans. Teoria Geral Do Direito E Do Estado. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- [13] MANUAL BÁSICO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO – Disponível Em: <https://www.google.com/search?q=MANUAL+POLICIAMENTO+OSTENSIVO+Do+=MANUAL+B%C3%81SICO+DE+POLICIAMENTO+OSTENSIVO+Do+Amazonas&AcessoEm:04/08/2025>
- [14] MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29. Ed. São Paulo/SP: Malheiros Editores Ltda, 2004.
- [15] MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso De Direito Administrativo. 14ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- [16] PINHEIRO, Geraldo De Faria Lemos. Código De Trânsito Brasileiro Interpretado – Geraldo De Faria Lemos Pinheiro, Dorival Ribeiro. 1. Ed. São Paulo: Editora Juarez De Oliveira, 2020.
- [17] PORTÃO, Sérgio De Bona. Coletânea De Legislação De Trânsito. 7. Ed. Tubarão/SC: Gráfica E Editora Copiart, 2014.
- [18] RIZZARDO, Arnaldo. Comentários Ao Código De Trânsito Brasileiro. 4. Ed. Rev., Atual. E Ampl. São Paulo: Editora Revista Dos Tribunais, 2013.
- [19] SAPORI, Luis Flavio. Segurança Pública No Brasil: Desafios E Perspectivas. Rio De Janeiro: Editora FGV, Disponível Em: https://www.google.com/search?q=SAPORI%2C+Luis+Flavio.+Seguran%C3%A7a+P%C3%Bablica+No+Brasil&rlz=1C1GCEA_Q=SAPORI%2C+Luis+Flavio.+Seguran%C3%A7a+P%C3%Bablica+=Chrome..69i57j33i10i160l2.1422j0j4&Source=UTF-8 Acesso Em: 02/08/2025